

## A representação de Getúlio Vargas no jornal *A Federação* durante os anos de 1936 e 1937

Yuri Batista da Silva,<sup>1</sup> UFSM

### Resumo

O presente artigo busca compreender de que maneira o jornal *A Federação* representou o presidente Getúlio Vargas durante os anos de 1936 e 1937. O recorte temporal escolhido justifica-se por serem os anos de maior intensidade da disputa entre o Executivo estadual rio-grandense, a quem o referido jornal estava submetido, e o Executivo Nacional ocupado por Getúlio Vargas. Optou-se por dividir o artigo em quatro partes: na introdução, buscaremos apresentar o referencial teórico adotado neste trabalho; na sequência, traçaremos o histórico do jornal *A Federação* e como este se inseria no contexto histórico dos anos de 1930; na terceira parte analisaremos as fontes primárias e buscaremos responder as questões que norteiam este trabalho; e, por fim, faremos as conclusões finais.

**Palavras-chave:** Representação; Getúlio Vargas; *A Federação*.

### Abstract

This article seeks to understand how the newspaper *A Federação* represented the President Getúlio Vargas during the years 1936 and 1937. The chosen time frame is justified because it is the most intense years of dispute between the Rio Grande do Sul State Executive, to whom the newspaper was submitted to, and the National Executive occupied by Getúlio Vargas. We chose to divide the article into four parts: in the introduction, we will try to present the theoretical framework adopted in this work; next, we will trace the history of the newspaper *A Federação* and how it was inserted in the historical context of the 1930s; in the third part, we will analyze the primary sources and seek to answer the questions that guide this work; and, finally, we will present our conclusions.

**Keywords:** Representation; Getúlio Vargas; *A Federação*.

### Introdução

Não são de hoje os trabalhos historiográficos no Brasil e no mundo que possuem os jornais como tema central de estudo ou fonte principal de pesquisa. A crença de que os periódicos se traduziriam como fontes inseguras para o ofício de historiador – ávido por respostas objetivas e irreversivelmente verdadeiras, demandas que a subjetividade e os interesses dos redatores responsáveis não poderiam ofertar – começa a perder espaço conforme a historiografia foi diversificando os seus problemas norteadores de pesquisa e ampliando seu escopo documental. Tal perspectiva começa a ganhar força a partir dos anos 30 com historiadores ligados a Escola dos Annales, no entanto, mudanças mais substâncias são perceptíveis a partir dos anos 70 com a incorporação de discussões vindas da sociologia,

---

<sup>1</sup> Graduando no nono semestre do curso de História – Licenciatura da Universidade Federal de Santa Maria e integrante do Grupo de Pesquisa CNPQ História Platina: Sociedade, Poder e Instituições, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Medianeira Padoin.

psicanálise, antropologia, linguística, semiótica e demais campos do conhecimento ligados as humanidades (CERONI, 2009, p. 24).

Com a inovação das temáticas de pesquisa cada vez mais diversificadas, reformulações do conceito de fonte histórica e a progressiva inserção de reflexões teórico-metodológicas provindas de outras áreas do conhecimento, os jornais passaram a ser cada vez mais aceitos por historiadores em suas pesquisas. Na prática, isso significou compreender que é necessário para o historiador manter um olhar crítico a respeito da fonte jornalística, buscando compreender todos os elementos que a compõem – desde quem redige, quem financia, como são diagramados os textos, como e onde é produzido, quantidades e etc. – e até mesmo aqueles que não estão presentes, deixando de lado a pretensão de alcançar um documento fornecedor de todas as verdades e buscando sempre o intercruzamento de fontes (OLIVEIRA, 2011, p. 126).

Os jornais e o seu potencial como fonte documental, além de em outros campos e temas de estudo, foram amplamente explorados pela história cultural e os estudos sobre as práticas de representações. Segundo, Roger Chartier, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Ainda segundo Chartier,

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação (CHARTIER, 2002, p. 17).

Para compreender de que maneira determinados indivíduos e/ou grupos buscaram representar a si mesmos e aos outros, dando sentido a realidade que os circundava, os jornais passaram a ser uma das principais fontes de estudo dos pesquisadores. Ainda sobre os jornais, uma característica os torna marcantes: sua intencionalidade de ser lido ou ao menos transmitir o conteúdo desejado para um público incontável. Assim, os discursos e representações redigidos e disseminados pelos jornais – estes entendidos como representantes de grupos e

indivíduos e inseridos “num campo de concorrências e de competições” – possuem uma outra capacidade que é de tornar-se um mecanismo de disputa pelo imaginário social.

O imaginário, elemento fundamental da condição humana, segundo Bronislaw Backzo, quando relacionado ao social refere um duplo fenômeno: de um lado, refere-se a produção de representações da ordem social, dos atores sociais e suas relações, e das instituições, especialmente aquelas voltadas ao poder; por outro lado, designa a atividade imaginativa individual em um fenômeno coletivo (BACKZO, 1985, p. 309).

Ainda segundo o autor, o imaginário social “trata-se, sim, de um aspecto da vida social, da atividade global dos agentes sociais, cujas particularidades se manifestam na diversidade dos seus produtos” (BACKZO, 1985, p. 309). Os produtos aos quais o autor faz referência podem ser variados, como a criação da identidade coletiva, a distribuição dos papéis e posições sociais, formação de modelos de comportamento e muito mais.

Backzo, da mesma forma que Chartier no que tange as representações (CHARTIER, 2002, p. 17), defende que o imaginário social só é imaginário no que diz a sua condição, pois este repercute diretamente sob a ação dos indivíduos, revelando sua funcionalidade prática. Para o autor,

O controlo do imaginário social, da sua reprodução, difusão e manejo, assegura em graus variáveis uma real influência sobre os comportamentos e as atividades individuais e coletivas, permitindo obter os resultados práticos desejados, canalizar as energias e orientar as esperanças (BACKZO, 1985, p. 312).

Assim, acreditamos que a partir dos jornais, os grupos e/ou indivíduos buscam agir construindo representações de si e de seus inimigos, da sociedade, do passado, presente e futuro, das instituições e dos poderes que delas emanam, das ações realizadas e tudo mais que possa ser “útil”, com o intuito de disputar o imaginário social e orientar ações individuais e coletivas. Nesse sentido, o jornal *A Federação*, ao nosso ver, buscou cumprir o papel de mecanismo de disputa pelo controle do imaginário social, defendendo e agindo em prol do executivo rio-grandense durante a maior parte da sua existência, salvo alguns momentos que elucidaremos na sequência.

### ***A Federação***

Em 1883, durante o Congresso Republicano realizado pelo Partido Republicano Rio-grandense (PRR), foi aprovado o projeto de organização de um órgão jornalístico de cunho

republicano que deveria expor os ideais daquele partido. Surgia assim o jornal *A Federação*, cuja circulação inicia-se em 1º de janeiro de 1884 e possuía as seguintes diretrizes:

I – Discutir e sustentar a legitimidade e oportunidade do sistema de governo republicano no Brasil; II – Dentro da legitimidade monárquica e enquanto não se operar a mutação na forma de governo – empenhar-se por todas as reformas que auxiliem e facilitem a vitória do partido, prestando apoio a todos os atos da autoridade que tendam a efetuação dessas reformas; III – Expor, sustentar e promulgar ideias e medidas administrativas e econômicas, sempre filiados ao sistema federativo, que sejam de real utilidade pública (VIZENTINI, 1980, p. 325, apud OSÓRIO, 1930, p. 18).

Assim surgia, cinco anos antes do fim do regime monárquico no Brasil, o jornal oficial do Partido Republicano Rio-grandense, cujo principal objetivo era proclamar a República no Brasil. Os ataques à Monarquia e aos seus defensores eram construídos a partir de diversas questões e acontecimentos, como quando a Princesa Isabel e o príncipe consorte Conde D’Eu viajaram para Província do Rio Grande do Sul. Analisando a repercussão desse evento na mídia gaúcha por meio dos jornais *A Federação* e *Jornal do Comércio*, Francine Medeiros destaca a diferença de abordagens do tema nestes periódicos, o que ia desde o espaço destinado a falar do evento – muito menor no jornal *A Federação* – até as descrições do mesmo ao longo da viagem:

Um exemplo desta diferenciação na cobertura jornalística é demonstrado já na chegada da Família Imperial ao Cais do Porto em Porto Alegre no dia 02 de janeiro de 1885. O *Jornal do Commercio* do dia 03 de janeiro de 1885 relatou detalhadamente como foi a recepção aos viajantes, destacando a participação do povo na exaltação aos príncipes. Já *A Federação* do mesmo dia relatou a recepção como um fracasso, uma vez que foram poucas pessoas que estavam no Cais para recebê-los e também porque os príncipes não seguiram a pé até o palácio presidencial, decepcionando aqueles que lá foram vê-los (MEDEIROS, 2008, p. 44-45).<sup>2</sup>

Além dos ataques constantes à Monarquia e aos seus partidários em favor da República, o jornal *A Federação* foi árduo defensor da abolição da escravidão, defendeu os interesses militares diante das disputas destes com a Monarquia e difundiu a doutrina do partido de forte inspiração positivista.

Com o fim da Monarquia inicia-se um período conturbado da política rio-grandense, oscilando diversas vezes o ocupante do cargo de Governador do Estado, até que em 1893, Júlio Prates de Castilhos assume pela segunda vez. Em oposição, o Partido Federalista, liderado por Gaspar Silveira Martins, Gumercindo Saraiva e outros, buscou contestar o

---

<sup>2</sup> Tanto notícia a do *Jornal do Comércio*, quanto a do *A Federação*, segundo a autora, foram publicadas no dia 03 jan. 1885.

governo de Júlio de Castilhos por meio das armas, no que ficou conhecida como Revolução Federalista, uma das disputas mais sangrentas da história brasileira. Com a derrota dos Federalistas em 1895, o PRR foi capaz de solidificar sua posição à frente do Estado gaúcho, onde manteve-se até o início da década de 1930.

O jornal *A Federação* nesse contexto no que tange o regime instaurado, passa, com a ascensão do partido ao poder, de combatente para defensor da ação efetuada pelos governantes do PRR frente a administração pública estadual, além de manter seu caráter doutrinário e os ataques aos rivais que variavam dependendo do contexto. A fidelidade do *A Federação* aos governadores gaúchos do PRR – Júlio de Castilhos, Carlos Barbosa e Borges de Medeiros – é destacada como *absoluta* por Cristina Jungmann (JUNGMANN, 1980, p. 393). A estes, ainda é possível adicionar a figura de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul de 1928 até 1930 (VIZENTINI, 1980, p. 328), o que nos permite concluir que até enquanto o PRR ocupou o Executivo Rio-grandense, o jornal *A Federação* atuou como mecanismo de disputa do imaginário social por parte do governo estabelecido, criando representações de si e de seus rivais, legitimando ações, difundindo a doutrina e as definições de certo e errado da e na sociedade, tudo isso para fazer a manutenção da posição estabelecida, demonstrando o caráter prático das disputas pelo imaginário.

No entanto, nos primeiros anos da década 30, as divergências internas do PRR começam a ser marcantes, e a distinção entre a *velha* e a *nova* geração do partido repercutem no jornal *A Federação*. Segundo Paulo Vizentini, após Borges de Medeiros – mais influente político da considerada “velha” geração do PRR – declarar em entrevista que aceitava o resultado favorável das eleições presidenciais para o candidato paulista Júlio Prestes que disputou com Getúlio Vargas,<sup>3</sup> o então redator do jornal *A Federação*, Othelo Rosa – alinhado com a velha geração do partido –, renuncia ao cargo em 19 de março de 1930, e em seu lugar assume João Carlos Machado, ligado a nova geração do partido encabeçada por nomes como Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Flores da Cunha, Osvaldo Aranha, entre outros (VIZENTINI, 1980, p. 329-330). Ainda segundo o autor, o jornal *A Federação* pouco menciona a respeito do assunto presidencial nos meses que se seguem; isso ocorre até outubro de 1930, quando os revolucionários depõem o presidente Washington Luís vinte e um dias antes de seu mandato terminar e, por tanto, antes de Julio Prestes assumir o cargo, fato que levou Getúlio Vargas ao Governo Provisório do Brasil onde nomeou Flores da Cunha como

---

<sup>3</sup> Candidato da Aliança Liberal que, no Rio Grande do Sul, conseguiu unir tanto o PRR quanto o Partido Libertador em torno da Frente Única Gaúcha cujo objetivo era eleger um candidato gaúcho para o cargo de Presidente do Brasil.

Interventor do Rio Grande do Sul e momento em que o *A Federação* passa a dar grande atenção e apoio ao Governo Provisório e a Interventoria do Estado (VIZENTINI, 1980, p. 330).

Já no final de 1931, *A Federação* começa a publicar artigos defendendo a volta do país a constitucionalidade, elemento defendido também pelos integrantes da Frente Única Gaúcha. O clima político no Estado se acirra a partir de março de 1932 com a renúncia da maior parte dos gaúchos que compunham o Governo Provisório de Vargas, chamado agora de ditadura nas páginas do *A Federação*. (VIZENTINI, 1980, p. 330). Apesar disso, quando em julho de 1932 inicia a Revolução Constitucionalista em São Paulo, o referido jornal adota uma postura favorável ao Governo Provisório, enquanto Flores da Cunha ressalta não possuir qualquer vínculo com os paulistas. (VIZENTINI, 1980, p. 332). O contrário ocorreu com as principais lideranças dos partidos que compunham a FUG – Borges de Medeiros pelo PRR e Raul Pilla pelo PL –, que declararam apoio incondicional aos paulistanos, culminando na organização de um levante no Rio Grande do Sul que não contou com o apoio da totalidade dentro dos próprios partidos; derrotadas, as principais lideranças dos dois partidos deixam o Estado em exílio.

Nesse contexto, envolvendo dissidentes dos antigos partidos, em novembro de 1932 é criado o Partido Republicano Liberal sob liderança de Flores da Cunha e com apoio de Getúlio Vargas, o que, nas palavras de Rafael Laupente, tratava-se de

Um partido criado às pressas, de improviso, para amparar àqueles que ficaram ao lado do então governo provisório e interventoria estadual, teriam em comum somente o fato de divergirem da FUG e apoiarem Getúlio Vargas e Flores da Cunha (LAPUENTE, 2016, p. 396).

A partir deste momento, o jornal *A Federação* rompe definitivamente com o PRR e torna-se não só *Órgão do Partido Republicano Liberal*, mas também *Diário Oficial do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, estendendo-se esta última característica apenas até 1935, quando é fundado o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul. O jornal *A Federação* manter-se-á portanto vinculado ao executivo rio-grandense e atuará na criação, defesa e manutenção da imagem de Flores da Cunha frente aos acontecimentos do período. Toda essa trajetória, fez com que Francisco Rüdiger considerasse o *A Federação* como o maior exemplo de uma tendência do jornalismo chamada de política-partidária (RÜDIGER, 2003, p. 43).

### **Getúlio Vargas nas páginas do jornal *A Federação***

A partir do exposto, percebe-se como o jornal *A Federação*, historicamente vinculado ao PRR, passou para o controle do PRL e, mais importante ainda, tornou-se mecanismo de disputa pelo no imaginário social por parte do Interventor e, a partir de 1935, Governador eleito Flores da Cunha. Diante disso, o jornal passou a construir a imagem positivada de Flores da Cunha, legitimar suas ações e atacar seus rivais. Nas palavras de Cristina Jungmann, “*A Federação* considera a pessoa de Flores da Cunha inatacável” (JUNGMANN, 1980, p. 395).

No entanto, a partir do primeiro semestre de 1935, começam os desacertos políticos entre Flores da Cunha e o poder central sob comando de Getúlio Vargas, encontrando nas eleições para governador do Rio de Janeiro de 1935, além de em outros assuntos político-administrativos, o ponto de cisão. Segundo Antônio Manoel Elíbio Junior,

As alterações políticas envolvendo a figura do governador cada vez mais colocavam-no em uma situação de constrangimento e divergências com Vargas. Parece-nos, com efeito, que a composição e nomeação para Assembleia Constituinte do Rio de Janeiro e para o governo daquele estado causou-lhe muitos problemas e uma efetiva ameaça de rompimento com o Governo Federal (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 145).

Apesar disso, Elíbio Junior ressalta que as cartas e telegramas trocadas diretamente entre os dois políticos em finais de 1935 continham declarações que buscavam indicar que a relação permanecia alheia aos conflitos políticos do período:

Se Vargas em sua missiva reafirmava a “afetuosa” relação com Flores, dirimindo “as intrigas” e “as tramas subreptícias” que poderiam causar “melindres e ressentimentos”, também o governador do Rio Grande do Sul, procurava tranquilizar o “Caro Amigo”. Diante da escaldada situação do Rio de Janeiro, Flores não titubeava revigorar sua relação com Vargas (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 153).

Os grifos presentes no trecho acima, próprios do autor, estão presentes nas próprias correspondências trocadas entre os políticos. A mídia geral não tardou em expor os possíveis desentendimentos entre Vargas e Flores da Cunha, os quais, durante os primeiros meses eram respondidos como fruto de intrigas e tramas daqueles que buscavam jogá-los um contra o outro. Mas no âmbito pessoal, ambos mantinham um intenso canal de comunicação com aliados que agiam como informantes apresentando suas visões e acusando os planos de poder que estariam por trás das ações praticadas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> O subcapítulo 2.3, intitulado “A reaproximação com a FUG e a ruptura com Vargas” e pertencente ao já citado trabalho de Elíbio Junior é repleto dessas cartas acusando os planos de Getúlio Vargas e Flores da Cunha (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 134-161).

Essa ação velada, imersa em intrigas, sem confronto direto assumido, sem exposição oficial na mídia, sem objetivos claros defendidos mas que refletiria em ações concretas cujas verdadeiras intenções motivadoras estariam disfarçadas – tais como na interferência na política de outros Estados, manejo de cargos e intenso diálogo com outras correntes políticas – acabava sendo percebida e/ou acusada pelos agentes envolvidos e por vezes foi nomeada de *hostilidade surda* ou *luta surda*. A primeira menção que encontramos a isso foi em uma carta de Daudt D’Oliveira a Getúlio Vargas em novembro de 1935, onde o autor acusa Flores da Cunha de oferecer resistência a um acordo com FUG: “Com o Rio Grande unido, essa malquerença e hostilidade surda são inócuas e mesmo ridículas. Com a nossa scisão política, ellas se avolumam e ganham força, representando um grave perigo para nossa futura situação” (ELÍBIO JUNIOR, 2006, p. 158-159).

Já em setembro de 1936 vemos uma outra menção. Dessa vez, em um editorial do jornal *A Federação* intitulado Uma Atitude Nítida, onde é feita uma descrição do período republicano anterior a Revolução de 30:

O confucionismo político das épocas passadas, o ar de mistério que envolvia os acontecimentos mais insignificantes da vida da primeira Republica, escondendo objetivos inconfessáveis, foi o que determinou, por certo, aquela atmosfera de desconfiança, a luta surda e velada de interesses particulares em jogo, a que se seguiram atitudes arbitrárias e violentas fazendo crescer nas massas um incoercível sentimento de injustiça a deflagrar depois no mais vibrante dos movimentos cívicos (A FEDERAÇÃO, n. 208, 1936, p. 1).

Vê-se como a questão da *hostilidade surda* ou *luta surda* permeia o debate político da época, e, indo além disso, tal conceito acaba sendo utilizado em alguns trabalhos que estudam a disputa que se dá entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha a partir de 1935. No entanto, sem que afirmem categoricamente, tais trabalhos, ao apenas mencionarem a *luta surda* quando explicam a referida disputa, deixam a entender que ela se aplica até o momento em que Flores da Cunha renuncia após a federalização da Brigada Militar, sua principal defesa e motivo de tantas acusações desde 1935 em torno dos interesses do Governador em fortificá-la.

Nesse sentido, o presente trabalho busca contribuir para compreensão do período a partir da representação de Getúlio Vargas no jornal *a Federação*, sob editoração de Celestino Prunes, durante os anos de 1936 e 1937, levando-se em conta o referencial teórico adotado e exposto na primeira seção deste texto, onde consideramos o jornal *A Federação* um mecanismo de disputa pelo imaginário social utilizado pelo poder executivo gaúcho – salvo as exceções pontuadas na segunda seção do trabalho.



Como já mencionado, a disputa entre Flores da Cunha e Getúlio Vargas começa já no ano de 1935, no entanto, buscavam os dois líderes negar qualquer conflito. Ao analisarmos os editoriais do jornal *A Federação* durante o ano de 1936, podemos concluir que o conflito entre ambos ainda não era totalmente exposto na mídia oficiosa. Apesar disso, sabendo da existência do conflito, é possível ver alguns elementos que indiretamente buscavam fazer críticas ao governo central e, junto com isso, buscavam construir uma certa imagem de Flores da Cunha.

No editorial de 24 de março de 1936, *A Federação* buscou justificar o apoio de Flores da Cunha contra a Revolução Constitucionalista de 1932 alegando que já naquele momento, o Interventor gaúcho, percebendo ser um “movimento contra homens, não a favor de princípios” precisou ficar ao lado de Getúlio Vargas para manter o que foi conquistado pela Revolução de 30:

Constitucionalista sincero, e já agora através das confissões do Sr. Assis Chateaubriand um dos poucos grandes chefes que desejavam ardentemente a instauração do regime legal para o Brasil, o General Flores da Cunha percebeu naquela época aquilo que somente hoje um revolucionário constitucionalista de S. Paulo vem dizer ao Brasil. Colocando-se em oposição àquele movimento o General Flores da Cunha foi coerente com as suas ideias, com os seus princípios e com os seus próprios anseios políticos (A FEDERAÇÃO, n. 70, 1936, p. 1).

Em defesa da Constituição e da democracia, o governador Flores da Cunha e o PRL se colocarão a partir da decretação do Estado de Guerra cada vez mais como os verdadeiros defensores dos ideais políticos da Revolução de 30. Apesar de apoiar Vargas quanto ao Estado de Guerra justificando ser necessário diante da ameaça comunista (A FEDERAÇÃO, n. 76, 1936, p. 1),<sup>5</sup> Flores da Cunha e o PRL defenderam a volta das imunidades parlamentares alegando que a negação destas configurava-se como antidemocráticas:

Para o Rio Grande, naquele momento, como agora e sempre, **o equilíbrio do regime democrático vigente repousa, antes de tudo, no respeito aos órgãos da soberania nacional representados pelos três poderes independentes e coordenados entre si.** Desde que se atentasse contra um deles, como no caso do estado de guerra suprimindo as imunidades dos representantes do legislativo, já não era possível conceber-se o rime tal como a própria constituição estabelece e determina (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1936, p. 1, grifo nosso).

Ainda não se constata no discurso do *A Federação* ataques diretos a figura de Getúlio Vargas, mesmo que haja uma crescente defesa da democracia. Isso fica muito claro em um

---

<sup>5</sup> O apoio ao Estado Guerra muda conforme sucessivamente este vai sendo prorrogado por mais noventa dias, o que dura até junho de 1937.

editorial intitulado *A Verdadeira Democracia* onde afirma-se a existência de forças que dizem defender a democracia, mas na verdade a atacam:

O momento que vivemos é, sem dúvida alguma, desses que escondem, sob as camadas mais superficiais de fatos aparentemente insignificantes, um sentido profundo de tendências que se entrecrocaram num tremendo conflito. A democracia, ninguém ousará negar, se encontra ameaçada por todos os flancos. Pelas forças que a atacam e pelas forças que a defendem (*A FEDERAÇÃO*, n. 153, 1936, p. 1).

Quanto a Getúlio Vargas propriamente dito, a um esforço de impor-lhe a obrigação de defender a democracia diante do contexto vivido, algo bem expresso nas felicitações pelo seu aniversário em um editorial que beira a ironia pura:

Centralizando em sua qualidade de primeiro magistrado da Nação, os ardentes desejos de paz, de ordem, de tranquilidade e de respeito fundamental às leis, que constituem as veementes aspirações do povo brasileiro, o Presidente Getúlio Vargas deverá ter recebido, ao festejar sua data natalícia, as manifestações unânimes dos seus governados no sentido de prestigiar sua ação decisiva em defesa das instituições republicanas, que atravessam uma das quadras mais aflitivas de sua história (*A FEDERAÇÃO*, n. 92, 1936, p. 1).

Alguns outros editoriais ao longo do ano de 1936 poderiam compor esta parte do trabalho, no entanto, acreditamos que os acima mencionados sintetizam bem como *A Federação* criou um discurso que alertava sobre os perigos aos quais o regime republicano e a democracia brasileira estavam expostos, bem como quem eram seus verdadeiros defensores, a saber, Flores da Cunha e o PRL. Os tais inimigos, no entanto, ainda não são nomeados e a figura de Getúlio Vargas, quando surge, é em textos que buscam mais dizer o que ele deveria fazer como chefe da nação ou em notícias de conotação *neutra*, com informações mais técnicas. Existem nas páginas do jornal *A Federação* ao longo do ano de 1936 poucas menções diretas ao presidente Getúlio Vargas, o que nos faz acreditar que a disputa que ocorria entre os dois neste momento se caracteriza mais pelo silenciamento.

Essa forma de representar Getúlio Vargas mudará substancialmente em 1937. Sem obedecer a mera mudança de anos no calendário, já na segunda metade de dezembro de 1936 encontramos a reprodução de um discurso do Deputado Federal baiano João Mangabeira na tribuna da Câmara, acusando Getúlio Vargas de ele próprio ter enviado um telegrama aos governadores dos estados afirmando de que estes compelissem suas respectivas bancadas na Câmara a se posicionarem a favor da prorrogação do Estado de Guerra ocorrida em dezembro. O telegrama, considerado documento “da mais súbita importância para o estudo e debate do

atual momento público e político” teve alguns trechos lidos e, obteve a seguinte resposta do Deputado Federal pelo Rio Grande do Norte Café Filho: “E está condenado o regime democrático” (A FEDERAÇÃO, n. 288, 1936, p. 1). O discurso estampou a primeira página do jornal *A Federação*, ocupando o lugar do tradicional editorial de todas as edições. Mesmo não sendo um editorial do jornal, sua publicação em destaque não deixa dúvidas de que o jornal fazia coro com o discurso do referido Deputado.

A partir desde momento, ao nosso ver, já é possível perceber o início das acusações públicas de que Getúlio Vargas era uma ameaça à democracia. A crítica a Vargas nas páginas do *A Federação* recrudescer a partir da intervenção do governo central no Distrito Federal. Em editorial intitulado *A Intervenção no Distrito*, *A Federação* diz o seguinte:

Consumaram-se, assim, num curto lapso de tempo, e dentro da vigência do “estado de guerra”, **dois golpes sucessivos na soberania dos Estados, vibrado pelo poder central**. Se, porém, o caso de Mato-Grosso, pelas circunstâncias particulares de que se revestiu, podia até certo ponto justificar a medida extrema, embora tomada de surpresa, quando já não existiam os motivos a podiam ter determinado, o mesmo não se poderia dizer deste insólito atentado que se pratica contra a soberania do Distrito, onde a situação era perfeitamente regular em face da Constituição.

[...] O **princípio da autonomia dos Estados, que constitui a pedra angular do sistema republicano que nos governa está, pois, ferido de morte não se sabe com que finalidades subterrâneas**. O golpe foi por demais brutal para que se possa manter ilusões quanto aos rumos inquietantes que vai tomando a política brasileira. **Os quadros desoladores do velho regime deposto ainda estão bem vivos na memória de todos para que se possa avaliar dos perigos e das ameaças que pairam sobre a República**. Os clássicos despenhadeiros em que se precipitaram vertiginosamente todos os mais legítimos anseios do passado, parecem querer se abrir de novo sem que seja possível prever-se até onde nos levará o descontrole dos que persistem em atentar contra o espírito do regime (A FEDERAÇÃO, n. 63, 1937, p. 1, grifo nosso).

No editorial acima citado já fica claro que na visão do jornal, as ações praticadas pelo Governo Federal representam um sério risco para o regime republicano instaurado com a Revolução de 30. Mas os ataques a Getúlio Vargas se tornaram diretos de fato a partir de um editorial assinado pelo Deputado Federal gaúcho Pedro Vergara – ex-editor do *A Federação* – onde, falando sobre a questão da intervenção nos estados, ele retoma o período do Governo Provisório do presidente para dizer o seguinte:

O presidente, pois, não se desfez da sua alma de ditador; e por isso, a cada instante, esse ditador que permanece acordado e atento, no sr. Getúlio Vargas, reclama o seu lugar ao sol, se manifesta e avulta, nos atos do presidente, como alguém que se considera o dono da casa e se julga [ilegível].

[...] Mas é nesta diferença que reside todo o seu drama, o seu conflito íntimo; aqui, em verdade, o *querer* e o *poder* se engalfinham, numa guerra atroz; e só a capacidade de dissimulação do sr. Getúlio Vargas, poderia ter sublimado essa luta, para transformar esse desespero da alma, num sorriso que chega a ser, por vezes, um rítmus (A FEDERAÇÃO, n. 92, 1937, p. 1).

Nos trechos do longo editorial expostos acima, percebe-se uma representação de Getúlio Vargas como um ditador que, após ter governado sob a forma de uma ditadura por 4 anos, tornou-se incapaz de abandonar por completo a vontade presente dentro de sua *alma* de reaver os poderes ditatoriais que possuía, algo profundamente mascarado por sua capacidade de dissimulação. *A alma de ditador* será uma das melhores explicações do porquê Getúlio Vargas gostaria de permanecer no poder, uma vez que no geral, as páginas da *A Federação* apenas vão pontuar os desejos inconstitucionais do então presidente, sem dar motivos mais precisos.<sup>6</sup>

Apresentando uma visão distinta da apontada por Pedro Vergara, o editorial de 5 de maio afirma que o período do Governo Provisório na verdade foi o melhor de Vargas, caracterizado pelo “timbre marcante de tolerância, de respeito fundamental aos direitos e às liberdades públicas e de honestidade nos processos políticos, os quais constituíam a pedra angular da campanha regeneradora levada a efeito pela Aliança Liberal” (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1937, p. 1). Isso teria gerado o carisma necessário para que Vargas fosse eleito pelo Parlamento. No entanto, segundo o mesmo editorial, seu governo constitucional foi o oposto:

Mas o homem que subiu ao Catete pelo voto do Parlamento, não foi o mesmo que chegou ao Rio levado pela vitória das armas revolucionárias. Em três anos de governo legal, o sr. Getúlio Vargas apartou-se incessantemente daquela norma de ação que a mentalidade liberal e o espírito revolucionário criaram para o Brasil (A FEDERAÇÃO, n. 102, 1937, p. 1).

Nesse editorial é evidenciado um dos grandes pilares aos quais a representação de Getúlio Vargas no jornal *A Federação* se assentará: ele não é mais o homem dos ideais revolucionários 30. Não sendo mais um representante da revolução de 30, *A Federação* buscará representar Vargas associando-o ao regime pré-revolução, ou seja, com a política da República Velha. Em novo editorial assinado por Pedro Vergara, é dito o seguinte:

Passados oito anos, qual é o quadro que temos diante dos olhos? Que estremeçam os mártires da campanha liberal e da revolução, que tremam os manes de João Pessoa, que a imagem da República curve a frente e leve a

<sup>6</sup> Isso evidencia-se já na próxima nota de autoria de Pedro Vergara onde o autor apenas pontua ser interesse do General Flores da Cunha defender os princípios da Revolução de 30, da Constituição de 1934 e prosseguir com a sucessão democrática do governo federal, ao passo que os interesses de Getúlio Vargas apenas seriam o contrário disso (A FEDERAÇÃO, n. 95, 1937, p. 1).

mão aos olhos, para não ver nem sentir. Hoje, o sr. Getulio Vargas exatamente quando pratica as mesmas violências, os mesmos atentados as mesmas arbitrariedades do adversário de 1929, se alia ao partido deste, faz com ele causa comum, reinstala, no país, o perrepismo, aquele perrepismo que não evoluiu e de que se apartam as suas próprias figuras mais dignas, mais humanas, mais altas! (A FEDERAÇÃO, n. 114, 1937, p. 1).

Endossando esse discurso, *A Federação* vai explorar em mais de uma oportunidade a possibilidade do ex-presidente deposto Washington Luiz estar apoiando Getúlio Vargas, o que seria indicativo da proximidade ideológica existente entre os dois (A FEDERAÇÃO, n. 133, 1937, p. 3; A FEDERAÇÃO, n. 150, 1937, p. 1).

Representar Getúlio Vargas como um ditador inconstitucional associado à política da República Velha e que apenas busca se manter no poder será a grande tônica do jornal *A Federação*; ao mesmo tempo, contrapondo-se a isso tinha, segundo o jornal, a figura de Flores da Cunha, democrático, constitucional e aquele que encarnava os princípios da Revolução de 30. Em nota de 8 de julho, o jornal sintetiza o que distinguia a política pré-revolução:

Uma política nefasta de governos que se sucediam zombando da consulta necessária a vontade do povo. Não era democracia. Os presidentes da Republica indicavam seus sucessores, e os candidatos populares eram esmagados nas urnas pela máquina oficial. Pois bem. O que o sr. Getulio Vargas está fazendo hoje é tal qual o que faziam aqueles presidentes de ontem. Indicou seu candidato e está fazendo política favorável ao mesmo. Está, pois, repetindo a velha canção... (A FEDERAÇÃO, n. 154, 1937, p. 3).

O referido candidato oficial de Vargas para suceder-lo era José Américo de Almeida. No entanto, apesar de ter um candidato e tornar público este apoio, *A Federação* dizia que Getúlio jamais havia abandonado seu plano de ficar no poder (A FEDERAÇÃO, n. 153, 1937, p. 1). Isso, ao mesmo em que não media esforços para acusá-lo de repetir a velha prática da indicação, o que pode parecer contraditório. Ocorre é que nas páginas de *A Federação*, Getúlio é visto como extremamente manipulador, praticante de um “oficialismo crepuscular” que apenas usava grupos e pessoas para atingir seus objetivos, como ocorreria com a FUG após novo rompimento com o governo gaúcho (A FEDERAÇÃO, n. 141, 1937, p. 1); com sua tolerância às ações integralistas onde “a agitação integralista poderá ser útil ao presidente crepuscular, uma vez que constitua plausível pretexto para ulteriores atitudes de s. ex.” (A FEDERAÇÃO, n. 190, 1937, p. 3); e o próprio José Américo, considerado pelo jornal como candidato que Vargas foi obrigado a apoiar apenas enquanto seguia tramando seu plano de ficar no poder.

Outro elemento que foi importante na construção da imagem de Vargas neste jornal, refere-se a uma espécie de sadismo do presidente. A partir de acusações feitas pelo Deputado João Mangabeira – irmão do já mencionado Deputado Otavio Mangabeira – de casos de tortura praticados por Filinto Muller a presos políticos e com consentimento de Vargas, *A Federação* não deixou de fazer sua forte crítica ao presidente:

O povo já conhece os métodos de tortura empregados, os castigos odiosos que o governo federal mandou aplica às vítimas indefesas de suas perseguições políticas, as cenas inacreditáveis, de assustadora torpeza, que foram levadas a efeito nos cárceres sombrios do governo pela polícia política do sr. Getulio Vargas. [...] Em verdade, constitui um pano de amostra muito expressivo essa fase de perseguições em cuja atmosfera estava visivelmente satisfeito o governo. Enquanto no fundo das masmorras policiais os presos políticos sofriam toda sorte de vexames e suplícios físicos, como bem acentua o parlamentar baiano, o sr. Getulio Vargas sorria e mamava aquele seu eterno e monumental charuto! Sendo o principal responsável pelos crimes que se praticavam à sombra do estado de guerra, o presidente mantinha aquela indiferença significativa, capaz de denunciar, mesmo num homem de sua tempera, mesmo numa criatura glacial, uma decomposição moral bastante adiantada (A FEDERAÇÃO, n. 157, 1937, p. 1).

O sadismo da governança de Getúlio associava-se a uma ideia muito presente nos editoriais do jornal de que Vargas, na sua sina por manter-se no poder, era capaz de qualquer coisa, inclusive iniciar uma guerra civil:

Porque a verdade, em última análise, é que o caso material bélico serve apenas de pretexto ao sr. Getulio Vargas para dirigir contra o nosso Estado as baterias de sua política que pretende começar em sua própria terra e com o sangue dos seus patrícios a dar forma concreta ao sonho de ditadura que vem trabalhando de maneira tão alarmante o seu cérebro presidencial (A FEDERAÇÃO, n. 182, 1937, p. 1).

Todos esse discursos, todas essas formas de representar Getúlio Vargas serão reproduzidas incansavelmente ao longo do ano de 1937 nas páginas do jornal *A Federação*. Se por um lado, no ano de 1936, encontra-se poucas menções diretas a Vargas, no ano de 1937 não se pode falar o mesmo; os editoriais da primeira página criticando o poder central eram praticamente diários e foi extremamente comum a nota presente na página três trazer uma outra crítica. Além disso, discursos de políticos e reportagens de outros jornais do país que criticassem o presidente eram seguidamente reproduzidas nas páginas do jornal.

Assim, percebe-se como o jornal buscou construir uma representação de Getúlio Vargas como um ditador que representava a antiga política da República Velha, onde para isso, em sua sina de poder, não media esforços para manipular qualquer um e nem se importava com a vida de inocentes e com o bem-estar comum. Nas páginas do jornal *A*

*Federação* no ano de 1937, ápice do conflito com Flores da Cunha, Getúlio Vargas é extremamente egocêntrico e seu único objetivo é se manter no poder a qualquer custo, desprendendo para isso o que for preciso.

A ligação do jornal com Flores da Cunha se dará até o momento em que este, sem qualquer chance de encontrar apoio da FUG reorganizada, com o PRL dividido e em franca disputa com Vargas, renuncia em 18 de outubro de 1937 após a federalização da Brigada Militar. A Dissidência Liberal, facção dentro do PRL que apoiava o governo de Vargas, em acordo com os líderes da FUG, buscaram colocar Antunes Maciel no cargo de governador, no entanto, Getúlio Vargas intervém no Estado nomeando Daltro Filho como novo Interventor. A Dissidência Liberal, além de ficar com outros cargos, assume o jornal *A Federação* sob direção de Moysés Vellinho (*A FEDERAÇÃO*, n. 237, 1937, p. 1). A partir deste momento, o jornal será caracterizado pelo apoio ao governo Vargas, ao Interventor Daltro Filho e ao clima de otimismo para com os novos rumos da política gaúcha, além das notícias sobre a ameaça comunista.

Diante do Estado Novo decretado em 10 de novembro de 1937 – o que concretizou as maiores acusações feitas por Flores da Cunha e pelo *A Federação* sob editoração de Celestino Prunes ao longo do ano de 1937 –, é interessante notar uma postura totalmente oposta daquilo que vinha sendo apontando. No editorial do dia 16 de novembro, *A Federação* (como acabamos de dizer, agora sob controle da Dissidência Liberal e com direção de Moysés Vellinho) justificando o apoio dado ao golpe de Vargas diz o seguinte:

Será porque o P.R.L. se formou com o objetivo de amparar e prestigiar a **ação do sr. Getulio Vargas como chefe incontestável do movimento de renovação inaugurado em 30?** [...] Os sonhadores de 30 não se iludiram. Perfeitamente a altura da grave missão que lhe fora confiada pelo povo brasileiro em armas, o sr. Getulio Vargas responde com desassombro aos reclamos da nacionalidade, lançando as bases de um regimen que fechou as portas ao profissionalismo político para que no seu recesso encontro eco apenas a voz das necessidades públicas. A Nação, dotada agora de instrumentos capazes de promover o seu bem estar dentro de um ambiente de ordem e de segurança coletiva, recupera-se a si mesma, num movimento de auto-defesa que é a mais alta expressão da sua vitalidade (*A FEDERAÇÃO*, n. 254, 1937, p. 1, grifo nosso).

Getúlio Vargas aparece novamente como um representante legítimo da Revolução de 30 e o decreto do Estado Novo é justificado como uma ação necessária diante da *politicagem profissionalizada* que ameaçava o país. Discurso totalmente oposto ao que se tinha até algumas semanas atrás.

No entanto, em decorrência do Estado Novo, o jornal *A Federação* por seu caráter político-partidário e assim como tantos outros jornais do período, precisa encerrar suas atividades junto com os partidos políticos agora proibidos, chegando ao fim após 53 anos de atuação no cenário político gaúcho.

### **Considerações finais**

Considerando o jornal *A Federação* um mecanismo de disputa pelo imaginário social utilizado especialmente pelo Executivo rio-grandense ao longo dos anos, mantendo essa característica durante o período analisado, buscamos compreender de que maneira o referido jornal representou o presidente Getúlio Vargas nos anos de 1936 e 1937, entendendo que uma das estratégias de disputa pelo imaginário é a criação de representações negativadas dos rivais.

Constatou-se que durante praticamente todo o ano de 1936, o que mais caracterizou o trato do personagem Getúlio Vargas foi justamente o silenciamento. Sem ataques diretos ao poder central, a disputa entre os dois políticos foi pouco tratada no referido jornal, fazendo a defesa da democracia e do constitucionalismo e alegando haverem forças que a atacam, mas sem esclarecer quais forças são essas. Faz sentido até este momento o conceito de luta surda onde, de forma dissimulada, se agia em prol dos seus interesses, buscando ampliar seus respectivos poderes ao mesmo tempo que busca minar o poder rival, mas sem declarar isso formalmente, não tornando uma luta pública.

Já no ano de 1937 a situação muda e os ataques diretos ao presidente se multiplicam, sendo praticamente diários após a intervenção no Distrito Federal. Nas páginas do jornal *A Federação*, buscou-se construir a imagem de um Getúlio ditatorial e inconstitucional, sedento por poder ao ponto de pagar qualquer preço e manipular o que e quem for necessário. Buscou-se exaustivamente desligar por completo a figura do presidente com os ideais da Revolução de 30 e ao mesmo tempo associando-o com a velha política que o movimento revolucionário combateu.

Por fim, com a renúncia e exílio de Flores da Cunha, o jornal *A Federação* passa a ser administrado pelo grupo dissidente dentro do PRL que apoiava Getúlio Vargas. Nesse curto momento até a extinção do jornal, buscou-se representar novamente Vargas com os ideais revolucionários de 30 e como aquele que, distante dos interesses políticos mesquinhos, deveria ter a carta branca para governar.



## Fontes

A FEDERAÇÃO: ORGAM DO PARTIDO REPUBLICANO (RS) – 1884 A 1937. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=388653&pagfis=12685>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

## Referências Bibliográficas

BACKZO, Bronislaw. Imaginação Social. In: LEACH, Edmund et Alii. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

CERONI, Giovanni Costa. **A exposição do centenário da Revolução Farroupilha nas páginas dos jornais Correio do Povo e A Federação**. 2009. 162 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Algés: DIFEL, 2002.

ELÍBIO JUNIOR, Antônio Manuel. **A construção da liderança política de Flores da Cunha: Governo, História e Política (1930-1937)**. 2006. 426 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2006.

JUNGMANN, Cristina. Os republicanos liberais e a nova fase de “A Federação” (1932/1937). In: TRINDADE, Héliogio (org). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 393-402.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. Da ruptura ao exílio: o confronto político entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha em perspectiva (1935-1937). **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 17, n. 27, p. 385-405, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2016v17n27p385>> Acesso em: 10 mai. 2021.

MEDEIROS, Francine Castoldi. A viagem da Princesa Isabel a Porto Alegre em 1885: a questão de gênero na imprensa escrita e a representação do gaúcho sob o olhar da princesa. **Textura**, Canoas, v. 10, n.18, p. 40-55, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/746/568>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. A relação entre a história e a imprensa, breve história da imprensa e as origens da imprensa no Brasil (1808-1930). **Historiæ**, Rio Grande, v.2, n.3, p.125-142, 2001. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/6828/2614-7224-1-PB.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do Jornalismo**. 3 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Facundes. “A Federação” e os republicanos históricos rio-grandenses (1928-1932). In: TRINDADE, Héliogio (org). **Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no RS (1928-1937)**. Porto Alegre: L&PM, 1980. p. 325-333.